



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONGRESSO NACIONAL

MAPV - 476

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 04/02/2010	proposição Medida Provisória n 476, de 2009.
--------------------	---

autor Dep. Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	nº do prontuário 332
---	-------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Suprima-se o inciso III do art. 2º da MP 476 de 2009.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a Exposição de motivos que acompanha a MP, um dos seus objetivos é “a concessão de crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos sólidos como matéria-prima de produto intermediário pelo estabelecimento industrial na fabricação de seus produtos.”

O Inciso III de que trata a presente emenda, entretanto, restringe o incentivo aos estabelecimentos industriais que adquirirem os resíduos sólidos diretamente de cooperativas de catadores, vedando-o a pessoas jurídicas e/ ou trabalhadores individuais.

A transição para a economia ambientalmente sustentável irá exigir, necessariamente, novas tecnologias e padrões de produção mais eficientes. Essa transição ocorrerá somente se foram adotados determinados tipos de incentivos, tais como alíquotas diferenciadas de impostos ou taxas.

A experiência tem demonstrado que a utilização de incentivos fiscais, ou financiamentos especiais por agências oficiais de fomento, são mais eficientes que as normas e padrões de qualidade ambiental, que é o método tradicional de comando-e-controle pelo qual os governos têm procurado equilibrar os custos privados com a preservação do meio ambiente e os custos sociais. O uso do método tradicional, em geral, a curto prazo, garante um certo nível de melhoria ambiental a um custo social mais baixo. Entretanto, a longo prazo, os incentivos oferecem às empresas e às pessoas um motivo permanente para fazerem mais do que lhes são exigidos pelas normas.

PARLAMENTAR

--

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 6 / 2 / 2010 às 11:05
Consuelo / Mat. 42678

